

**RE nos EDcl no AgRg nos EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº  
1.341.209 - RJ (2018/0202306-5)**

**RELATORA** : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA  
**RECORRENTE** : ROBERTO ANNECHINO LANDAU  
**ADVOGADO** : FERNANDO AUGUSTO HENRIQUES FERNANDES -  
RJ108329  
**RECORRIDO** : JOSE MARIO DA FONSECA  
**ADVOGADO** : GUIOMAR APARECIDA DA SILVA MAIROVITCH -  
RJ168880

**EMENTA**

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ART. 93, INCISO IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. SUFICIÊNCIA DA FUNDAMENTAÇÃO. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONFORMIDADE COM O ENTENDIMENTO DA SUPREMA CORTE EM REPERCUSSÃO GERAL. **TEMA 339/STF**. PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE. RECURSO DA COMPETÊNCIA DESTA CORTE. MATÉRIA DE NATUREZA INFRACONSTITUCIONAL. INEXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. **TEMA 181/STF**. SEGUIMENTO NEGADO.

**DECISÃO**

Trata-se de recurso extraordinário, interposto por ROBERTO ANNECHINO LANDAU, com fundamento no art. 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, assim ementado (fl. 589):

PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIFAMAÇÃO. SÚMULA 7/STJ E FALTA DE COTEJO ANALÍTICO ENTRE OS JULGADOS. FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA NÃO ATACADOS.

I - A ausência de impugnação dos fundamentos da decisão que não admitiu o recurso especial impõe o não conhecimento do agravo em recurso especial.

II - **In casu** parte agravante deixou de infirmar, de maneira adequada e suficiente, as razões apresentadas pelo eg. Tribunal de origem para negar trânsito ao recurso especial com relação à incidência das Súmulas 7/STJ e quanto a falta de cotejo analítico entre os julgados.

Agravo regimental desprovido.

Os embargos de declaração foram rejeitados (fls. 611/615).

Nas razões do recurso extraordinário (fls. 621/650), sustenta a parte recorrente que está presente a repercussão geral das questões versadas e que houve ofensa aos artigos 1º, inciso III, 5º, incisos LVII, LIV, LV e 93, inciso IX, todos da Constituição Federal.

Argumenta que "seria de rigor uma análise profunda acerca das razões que levaram o Magistrado de primeiro grau a condenar um réu sem maior arcabouço probatório". Aduz que "esta problemática relaciona-se diretamente com o princípio do *in dubio pro reo*, consectário do *favor rei*, vez que deixa recair sobre ele um juízo meritório claramente eivado de nulidades e dissociado do ordenamento jurídico".

Requer:

a) a reforma do v. acórdãos recorridos, inclusive o de apelação, para decretar a nulidade da decisão de recebimento da queixa-crime, bem como de todos os atos subsequentes, consubstanciada na mudança da imputação (art. 140, § 3º, para art. 140, *caput*, ambos do CP), mesmo com requerimento de arquivamento da ação com relação a este delito por parte do Ministério Público, sob pena de violação aos princípios constitucionais do devido processo legal, bem como do princípio da ampla defesa e do contraditório conforme o artigo 5º, incisos LIV e LV, da CRFB;

b) a reforma do v. acórdão recorrido para decretar a nulidade do feito a partir da decisão que dá o réu como citado, decorrida da falta de real citação pessoal válida do Querelado, sob pena de ofensa ao contraditório, ampla defesa, presentes no artigo 5º, incisos LIV e LV, da CRFB;

c) a reforma do v. acórdão para decretar a nulidade da ação penal a partir da audiência de instrução e julgamento, em razão da ausência de realização do ato de interrogatório, sob pena de caracterização de cerceamento de defesa, e clara ofensa ao disposto no artigo 5º, incisos LIV e LV, da CRFB;

d) a reforma do v. acórdão para que se reconheça a impossibilidade jurídica de que se dê confiabilidade testemunhal ao mero informante, ainda mais quando especificamente for filha da suposta vítima, em estrita observância ao disposto no Art. 1º, inciso III, Art. 5º, inciso LVII, Art. 5º, inciso LIV, Art. 5º, inciso LV e no Art. 93, inciso IX, percebe-se a violação do devido processo legal, bem como da garantia constitucional da fundamentação judicial, todos princípios contidos no nosso texto constitucional, para que seja decretada a absolvição do Querelado, ora Recorrente;

e) o reconhecimento de impossibilidade de manutenção de um juízo condenatório com base exclusivamente em "provas" testemunhais, reafirmando-se a garantia constitucional da dignidade da pessoa humana (Art. 1º, inciso III) e da presunção de inocência (Art. 5º, inciso LVII).

Apresentadas as contrarrazões às fls. 658/691.

É o relatório.

O recurso extraordinário não comporta seguimento.

Quanto à alegada afronta ao artigo 93, inciso IX, da Constituição Federal, consoante a jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal, reafirmada no julgamento, sob o regime de repercussão geral, do AI-RG-QO 791.292/PE, "o artigo 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações ou provas" (Tema 339/STF).

A ementa do aresto foi sintetizada nos seguintes termos:

Questão de ordem. Agravo de Instrumento. Conversão em recurso extraordinário (CPC, art. 544, §§ 3º e 4º). 2. Alegação de ofensa aos incisos XXXV e LX do art. 5º e ao inciso IX do art. 93 da Constituição Federal. Inocorrência. 3. O art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações ou provas, nem que sejam corretos os fundamentos da decisão. 4. Questão de ordem acolhida para reconhecer a repercussão geral, reafirmar a jurisprudência do Tribunal, negar provimento ao recurso e autorizar a adoção dos procedimentos relacionados à repercussão geral. (AI 791292 QO-RG, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, julgado em 23/06/2010, REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-149 DIVULG 12-08-2010 PUBLIC 13-08-2010 EMENT VOL-02410-06 PP-01289 RDECTRAB v. 18, n. 203, 2011, p. 113-118)

Na espécie, o acórdão proferido pelo Superior Tribunal de Justiça, impugnado no recurso extraordinário, está de acordo com a orientação do Excelso Pretório, pois foram devidamente explicitadas razões suficientes para o colegiado negar provimento ao agravo regimental nos embargos de declaração do agravo em recurso especial, hipótese distinta da ausência de motivação do julgado, que caracterizaria ofensa ao princípio constitucional da obrigatoriedade da motivação das decisões judiciais.

A propósito, cumpre transcrever trechos da fundamentação do aresto:

Nesta Corte Superior, o agravo em recurso especial deixou de ser conhecido porque não foram infirmados todos os fundamentos, de maneira adequada e suficiente, empregados pela eg. Corte de origem para inadmitir o recurso (Súmula 7/STJ e falta de cotejo analítico dos julgados).

Ainda que houvesse aclarado sobre a incidência ou não da Súmula 7/ STJ, o agravante não impugnou de maneira adequada e suficiente o fundamento que se valeu a decisão do Tribunal **a quo**, quanto ao cotejo analítico dos julgados, **in verbis**:

"Por outro lado, a interposição do recurso especial pela alínea "c" exige do recorrente a comprovação da alegada divergência jurisprudencial, cabendo colacionar os precedentes favoráveis à tese defendida, com a devida certidão ou cópia dos paradigmas, autenticada ou de repositório oficial, **comparando analiticamente os acórdãos confrontados, nos termos previstos no artigo 1029, §§1º e 2º, do Código de Processo Civil, e 255, §1º, do Regimento Interno do STJ.**

*E mais, à demonstração do dissídio jurisprudencial se impõe indispensável avaliar se as soluções encontradas pelo acórdão recorrido e pelos paradigmas selecionados teriam por base **idênticas premissas fáticas e jurídicas, existindo entre elas similitude de circunstâncias.** E isso não foi feito pelo recorrente"* [grifo nosso].

Portanto, não basta proceder a enumeração dos acórdãos paradigmas.

Com efeito, a interposição do apelo extremo, com fulcro na alínea c, do inciso III, do art. 105, da Constituição Federal, exige, para a devida demonstração do alegado dissídio jurisprudencial, além da transcrição de ementas de acórdãos, o cotejo analítico entre o aresto recorrido e os paradigmas, com a constatação da identidade das situações fáticas e a

interpretação diversa emprestada ao mesmo dispositivo de legislação infraconstitucional, **situação que não ocorreu na espécie.**

Nesse entendimento:

(...)

Portanto, não logra êxito a irresignação, porque, efetivamente, não foram impugnados todos os fundamentos da decisão proferida pelo Tribunal de origem.

Em assim sendo, nos moldes definidos pela Corte Suprema, não prospera a alegação de ofensa ao artigo 93, inciso IX, da Constituição Federal, uma vez que o aresto impugnado foi suficientemente fundamentado, não havendo falar em negativa de prestação jurisdicional quando o Tribunal decide em sentido contrário ao interesse da parte.

Saliente-se que o exame da referida questão constitucional nesta fase processual limita-se à análise acerca da existência de motivação suficiente para embasar o acórdão recorrido, não competindo a esta Vice-Presidência examinar se corretos os seus fundamentos, o que extrapolaria os limites da cognição inerente ao juízo de admissibilidade do recurso extraordinário.

No mais, o recurso extraordinário foi interposto contra acórdão desta Corte Superior de Justiça que concluiu pela ausência de preenchimento de pressuposto de admissibilidade necessário ao conhecimento do recurso da competência desta Corte e, consequentemente, à análise do mérito recursal.

Ocorre, porém, que, consoante entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 598.365 RG/MG, "a questão do preenchimento dos pressupostos de admissibilidade de recursos da competência de outros Tribunais tem natureza infraconstitucional e a ela são atribuídos os efeitos da ausência de repercussão geral" (Tema 181/STF).

Confira-se, por oportuno, a ementa do aludido aresto:

**PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSOS DA COMPETÊNCIA DE OUTROS TRIBUNAIS. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL.** A questão alusiva ao cabimento de recursos da competência de outros Tribunais se restringe ao âmbito infraconstitucional. Precedentes. Não havendo, em rigor, questão constitucional a ser apreciada por esta nossa Corte, falta ao caso "elemento de configuração da própria repercussão geral", conforme salientou a ministra Ellen Gracie, no julgamento da Repercussão Geral no RE 584.608. (RE 598365 RG, Relator(a): Min. AYRES BRITTO, julgado em 14/08/2009, DJe-055 DIVULG 25-03-2010 PUBLIC 26-03-2010 EMENT VOL-02395-06 PP-01480 RDECTAB v. 17, n. 195, 2010, p. 213-218)

No mesmo sentido, segue precedente do Pleno do Excelso Pretório:

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO EM EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO INTERNO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. NÃO DEMONSTRAÇÃO. DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA. OBTENÇÃO DE GRATUIDADE DE JUSTIÇA. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. QUESTÃO**

RELATIVA A PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSO DE COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DE ORIGEM. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. CARÁTER PROTETÓRIO. IMPOSIÇÃO DE MULTA. (...) **3. O Supremo Tribunal Federal já assentou a ausência de repercussão geral da questão relativa ao cabimento de recursos da competência de outros Tribunais, por restringir-se a tema infraconstitucional (Tema 181 - RE 598.365, Rel. Min. Ayres Britto).** 4. Inaplicável o art. 85, § 11, do CPC/2015, uma vez que não houve prévia fixação de honorários de sucumbência. 5. Agravo interno a que se nega provimento, com aplicação da multa prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC/2015. (ARE 941152 AgR-EDv-AgR, Relator Min. ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 29/06/2018, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-163 DIVULG 10-08-2018 PUBLIC 13-08-2018)

Dessarte, ante a ausência de preenchimento dos pressupostos de admissibilidade do recurso da competência do Superior Tribunal de Justiça, que afasta o cabimento do recurso extraordinário em face da falta de repercussão geral, fica inviabilizada a análise das questões constitucionais suscitadas, relacionadas às apontadas ofensas aos artigos 1º, inciso III e 5º, incisos LVII, LIV, LV, da Constituição Federal.

Ante o exposto, com fundamento no art. 1.030, I, alínea "a", primeira e segunda partes, do Código de Processo Civil, **nego seguimento ao recurso extraordinário.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA  
Vice-Presidente